



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELACOES INTERNACIONAIS

Lucía Vilaplana Burguez

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA ACADÊMICOS DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Florianópolis
2023

Lucía Vilaplana Burguez

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA ACADÊMICOS DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão

Florianópolis

2023

Burguez, Lucía Vilaplana
A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA ACADÊMICOS DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL / Lucía Vilaplana Burguez
; orientador, Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, 2023.
59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. ensino do espanhol;
Brasil; Política educacional.. I. Barbieri Durão, Adja
Balbino de Amorim . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

O trabalho “**A importância da língua espanhola para acadêmicos de Relações Internacionais no Brasil** ” foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Drª.

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof Klaus Klaus Guimarães Dalgaard, Dr.

Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Sandra Regina Leal, Drª.

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Profª Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Drª.

"Quien no conoce las lenguas
extranjeras, nada sabe de la suya
propia"

Johann Wolfgang von Goethe.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui definitivamente não foi fácil; há muitas etapas que compõem este belo e corajoso processo. Migrar é uma mistura de sentimentos e sensações inexplicáveis, impossíveis de descrever; é algo que só se entende quando se vive. Migrei com o propósito de estudar na Universidade Federal de Santa Catarina, e aqui estou, realizando o sonho de obter o título de Bacharel em Relações Internacionais em outro país.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais pelo seu apoio incondicional nessa trajetória, cada um à sua maneira, mas sempre firmes e fortes ao meu lado. Em segundo lugar, gostaria de expressar minha gratidão às minhas amigas: Alice, Bruna, Débora e Larissa, pelo amor incondicional e pela disposição em me ouvir ao longo desses 5 anos em que mudei de lar.

Por fim, quero agradecer a todos os professores que marcaram minha trajetória estudantil durante a graduação e que, de alguma forma, foram compreensivos com a minha adaptação neste processo.

RESUMO

O ensino do espanhol no Brasil tem passado por altos e baixos, frequentemente influenciado por fatores políticos e mudanças de governo, em vez de ser guiado pelas legítimas necessidades culturais relacionadas à interação com países de língua espanhola, especialmente seus vizinhos territoriais e demais membros do Mercosul. Considerando que o espanhol é uma das línguas mais faladas no mundo, sua importância econômica e política não deve ser subestimada. Se a integração comercial e profissional com nossos países vizinhos já é motivo suficiente para despertar o interesse pela aprendizagem do espanhol, a importância acadêmica e cultural desta língua reforça a imprescindibilidade de incluí-la no currículo do curso de Relações Internacionais.

Palavras-chave: ensino do espanhol; Brasil; Política educacional.

ABSTRACT

The teaching of Spanish in Brazil has gone through ups and downs, often influenced by political factors and changes in government, rather than being guided by legitimate cultural needs related to interaction with Spanish-speaking countries, especially their territorial neighbors and other members of Mercosur. Considering that Spanish is one of the most widely spoken languages in the world, its economic and political importance should not be underestimated. If commercial and professional integration with our neighboring countries is already reason enough to spark interest in learning Spanish, the academic and cultural significance of this language reinforces the indispensability of including it in the curriculum of the International Relations course.

Keywords: Teaching of Spanish; Brazil; Political factors.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - Classificação hierárquica de línguas em função do seu papel..... | 21 |
| FIGURA 2 - Piramide representativa da importância das línguas..... | 22 |
| FIGURA 3 - Equação do modelo indicador do valor comunicativo das línguas de Swaan..... | 23 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|--------|
| TABLA 1 - Cronologia por idioma..... | pag 36 |
| TABLA 2 - Países membros e idiomas oficiais da ONU..... | pag 36 |
| TABLA 3 - Países membros e idiomas oficiais da União Europeia..... | pag 40 |
| TABLA 4 - Países membros e idiomas oficiais da OEA..... | pag 43 |
| TABLA 5 - Países membros e idiomas oficiais da União Africana..... | pag 44 |
| TABLA 6 - Países membros e idiomas oficiais da CELAC..... | pag 46 |
| TABLA 7 - Países membros e idiomas oficiais do Mercosul | pag 47 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

CELAC Comunidade de Estados Latino americanos y Caribenhos

ELE Espanhol como lingua estrangeira

MDC Ministério da Educação

OCDE Organização para a Coperação e Desenvolvimento Económico

OEA Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

OSCE Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB Produto Interno Bruto

SIELE Serviço Internacional de Avaliação de Língua Espanhola

UA União Africana

UE União Europeia

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 OBJETIVO..... | 15 |
| 1.2 METODOLOGIA..... | 16 |
| 2 A IMPORTÂNCIA DO ESPANHOL NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS..... | 17 |
| 2.1 A LÍNGUA COMO INSTITUIÇÃO E COMO ATIVO..... | 17 |
| 2.2 O VALOR DE USO E O VALOR DE TROCA DE UMA LÍNGUA..... | 19 |
| 2.3 O ENSINO DO ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA EM PAÍSES QUE NÃO POSSUEM O ESPANHOL COMO LÍNGUA MATERNA..... | 24 |
| 2.4 DEMOGRAFIA E OFICIALIDADE DA LÍNGUA NO ESPAÇO DE LÍNGUA ESPANHOLA..... | 24 |
| 2.5 A INFLUÊNCIA DO ESPANHOL AO REDOR DO GLOBO..... | 25 |
| 2.6 O ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL..... | 26 |
| 3 O ESPANHOL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 32 |
| 3.1 LÍNGUA FRANCA E LÍNGUAS OFICIAIS E DE TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 32 |
| 3.2 O ESPANHOL NA ONU..... | 34 |
| 3.3 O ESPANHOL NA UNIÃO EUROPEIA..... | 39 |
| 3.4 O ESPANHOL NA OTAN E NO CONSELHO DA EUROPA..... | 41 |
| 3.5 O ESPANHOL NA OSCE..... | 41 |
| 3.6 O ESPANHOL NAS ORGANIZAÇÕES IBERO-AMERICANAS..... | 41 |
| 3.6.1 A COMUNIDADE IBERO AMERICANA DE NAÇÕES..... | 42 |
| 3.6.2 A OEA..... | 42 |
| 3.7 O ESPANHOL NA UNIÃO AFRICANA..... | 44 |
| 3.8 O ESPANHOL NA CELAC..... | 45 |
| 3.9 O ESPANHOL NO BID..... | 46 |
| 3.10 O ESPANHOL NO MERCOSUL..... | 46 |
| 4 O ESPANHOL NO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 48 |
| 4.1 FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO FUNCIONÁRIO DIPLOMÁTICO..... | 48 |
| 4.2 TIPOS DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS..... | 49 |
| 4.3 ESTRUTURAS DA MISSÃO DIPLOMÁTICA..... | 50 |
| 4.3.1 MISSÃO DIPLOMÁTICA BILATERAL OU EMBAIXADA..... | 50 |
| 4.3.2 MISSÃO ACREDITADA PERANTE UMA OI..... | 50 |
| 4.3.3 CARACTERÍSTICAS DOS PROFISSIONAIS DA DIPLOMACIA..... | 50 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 53 |
| REFERÊNCIAS..... | 55 |

1 INTRODUÇÃO

Com cerca de 500 milhões de falantes, depois do chinês, o espanhol é a segunda maior língua do mundo em relação ao número de falantes nativos. Além disso, o espanhol é o segundo maior idioma de comunicação internacional, atrás apenas do inglês (FERNANDEZ, 2023). Importante para a cultura, negócios e política, a língua espanhola ocupa uma posição determinante no cenário mundial e cada vez mais desperta o interesse de quem deseja aprender uma segunda língua. Não é novidade que o domínio de línguas estrangeiras é fundamental no mundo globalizado.

Neste contexto, o espanhol se apresenta como uma das melhores e mais vantajosas escolhas para brasileiros, tanto do ponto de vista profissional, como, também, acadêmico como cultural.

A exigência do espanhol no mercado de trabalho cresce à medida que aumenta o volume de negócios entre empresas brasileiras e companhias internacionais que têm o espanhol como principal língua. (ICBEU, 2019)

A ampliação das relações político-comerciais, facilitadas por acordos econômicos como o Mercosul (Mercado Comum do Sul), é um dos principais motivos da valorização da língua espanhola no país. Se a integração comercial e profissional com nossos países vizinhos já é motivo suficiente para despertar o interesse pela aprendizagem do espanhol, a importância acadêmica e cultural desta língua reforça a imprescindibilidade de incluí-la no currículo. Nas áreas de Direito, Economia, Engenharia e Medicina, por exemplo, os cursos de pós-graduação têm extensas bibliografias em língua espanhola. Além disso, o domínio do espanhol também abre um vasto leque de oportunidades culturais. A riqueza e diversidade cultural de nossos vizinhos latinos, que se estende pelo mundo das artes, da literatura, do cinema e dos esportes, com nomes de destaque no cenário global, também tem aumentado o interesse das pessoas pela língua espanhola. Para estabelecer um intercâmbio cultural proveitoso é fundamental ter um conhecimento do idioma e evitar o pensamento comum de que, por saber o português, pode-se compreender espanhol sem dificuldade.

Uma das grandes questões da falta de domínio da língua espanhola podem ser as consequências laborais, considerando a alta probabilidade de contato com países de língua hispanofalante, considerando, por exemplo, que todos os países

que estão ao redor do Brasil são falantes de língua hispana, e que ainda existem muitos outros pelo mundo.

Levando em consideração o ponto de vista comercial, existem potencias industriais como México, que produz carros para grande parte do mundo, sem falar das empresas automotoras como a Toyota, por exemplo, que produz alguns modelos de carros para certos países, que não se encontram em outros. Outra grande questão é o Mercosul, porque todos os países membros, além do Brasil, são países que têm o espanhol como língua materna, sem deixar de considerar que, em alguns deles, existem outras línguas nativas e de procedência indígena que também são consideradas oficiais, o que não anula a supremacia do espanhol em dito país.

Além desses fatores, existe a questão de que, no caso de os estudantes terem tido contato com o idioma, é um espanhol genérico, e não um espanhol específico para as relações internacionais, nem para quem tem interesse em seguir, por exemplo, carreira diplomática, o que nos remete a pensar qual é a importância do espanhol na formação dos acadêmicos de relações Internacionais no Brasil?

No presente artigo, busco identificar os motivos pelos quais os acadêmicos de relações Internacionais no Brasil não costumam ter contato com a língua espanhola desde o início da graduação, e quais são as consequências disto para sua inserção do mercado de trabalho. Perante esta situação, existem algumas hipóteses traçadas:

- A. A não existência do espanhol como matéria obrigatória nas escolas públicas brasileiras;
- B. A falta da língua espanhola na grade dos cursos de relações internacionais no Brasil;
- C. Falta de condições monetárias para os estudantes arcarem com um curso de espanhol pago;
- D. A ideia de que pelo espanhol e o português serem línguas que derivam do latim e possuem certas semelhanças, não é necessário aprendê-la;

Devido à natureza federativa do Brasil, alguns estados como Rio grande do Sul e Paraíba, por meio de legislação própria, decretaram a obrigatoriedade do ensino do espanhol no ensino médio, mas sim em colégios particulares, onde somente pessoas de classe media e classe alta podem ter acesso com maior

facilidade, apesar de a UFSC oferecer cursos de espanhol, estes não pertencem ao currículo de relações internacionais, além de terem um custo de R\$300,00 (OLIVEIRA, 2023).

A importância do espanhol no Brasil é algo que vem tomando grande proporção, levando em consideração, por exemplo, a declaração da diretora da câmara de comércio espanhola no Brasil, Carolina de Queiroz Carvalho, quem expressou em um congresso em São Paulo, que aprender espanhol supõe para os brasileiros, uma “vantagem competitiva em um mundo globalizado”. Além disso, já existem avanços no quesito aprender espanhol no Brasil, levando em consideração a presença do SIELE (Servicio internacional de evaluación de lengua española), que está presente em 15 países, tendo dos 130 centros, 15 instalados no Brasil (UNIVERSIA, 2016).

A certificação de proficiência linguística avalizada por este instituto é importante para que se possa participar das diversas vagas de estudo disponíveis em países de língua espanhola. Além de tudo que já foi mencionado anteriormente, o domínio do espanhol pode ser importante considerando-se que a comunidade hispana nos EUA tem crescido cada vez mais.

1.1 OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é discutir a importância da inclusão do espanhol no currículo do curso de Relações Internacionais. A relevância deste projeto de pesquisa reside na análise de um tema que afeta diretamente a formação dos estudantes de Relações Internacionais em relação à futura inserção no mercado de trabalho. Se houvesse a inclusão de disciplinas de língua espanhola no currículo de relações internacionais, isso poderia contribuir para reduzir a desigualdade resultante da falta de cursos de espanhol no Ensino Médio do sistema público brasileiro em todos os estados, porque o sistema educacional do Brasil, conforme a Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996) se considera o espanhol como a segunda língua preferencial opcional.

Neste trabalho, abordaremos a importância do espanhol em várias áreas, com foco particular nas relações internacionais e na diplomacia. Também analisaremos a situação atual do ensino da língua espanhola no curso de Relações Internacionais no Brasil."

1.2 METODOLOGIA

Para a construção deste projeto, a metodologia utilizada foi a da pesquisa qualitativa-descritiva através do método teórico e bibliográfico de análise em fontes de pesquisa primárias e secundárias, onde buscando-se comparar conceitos, compreender causas e fenômenos, e interpretar eventos reais. Desta forma, pretendeu-se apresentar os motivos pelos quais os estudantes de Relações Internacionais não estudam espanhol, relacioná-los à condição política e econômica dos países latino-americanos e compreender os fatores que impedem o aprendizado da língua.

A análise foi feita a partir de dados qualitativos e quantitativos com base em artigos, dissertações e livros científicos que abordam temas e tópicos correlatos aos deste projeto de pesquisa. Desta forma, esta pesquisa se baseia em análise bibliográfica para testar suas hipóteses.

2 A IMPORTÂNCIA DO ESPANHOL NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS

Neste bloco, exploramos várias perspectivas da língua em relação à Economia e à Política Econômica. No âmbito microeconômico, a língua pode ser examinada sob a ótica de um bem público ou privado. Quando olhamos para a macroeconomia, a língua possui um valor que se manifesta por meio de estatísticas relacionadas à geração de empregos e à contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) (AMARTE; LLISTERRI, 1997). Isso reflete o impacto da indústria linguística em um país, seja atendendo ao mercado nacional ou internacional. Em teoria, o mercado nacional deve ser semelhante em todos os países, variando apenas na capacidade de exportação de atividades relacionadas à língua, como o ensino da língua no exterior e a promoção da cultura, entre outros.

2.1 A LÍNGUA COMO INSTITUIÇÃO E COMO ATIVO

Dentro do conjunto delimitado pelas indústrias da língua, seguindo critérios diversos, encontram-se bens e serviços que podem ser avaliados economicamente a partir de uma perspectiva privada, com preço de mercado real ou atribuível. A língua, como bem privado, justifica a análise do conjunto de atividade econômicas relacionadas a ela, de forma mais ou menos direta, encontrando pontos de contato com a Economia, a cultura e o lazer. Além de ser considerada um bem privado, a língua possui uma importante dimensão econômica como bem público. A língua, como tecnologia ou ferramenta social de comunicação, é de uso livre. Seu uso não implica custo algum - embora existam custos de acesso para aqueles que não a dominam naturalmente (como língua materna ou segunda língua) - e possui a característica fundamental de que sua utilidade aumenta com o uso à medida que mais pessoas a utilizam. Isso a enquadra no que a Economia denomina como bem público, com características peculiares de um bem de clube ou reservado.

A língua, no que diz respeito a sua condição de "tecnologia social de comunicação," desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do capital social de uma comunidade. (ALONSO; JIMÉNEZ, 2007).

Neste sentido, a língua, além de ser um bem ou recurso econômico, também deve ser considerada um fator produtivo capaz de estimular o crescimento, como fonte de capital social que faz parte do capital total, ao lado do capital físico,

humano, tecnológico ou financeiro. O aspecto econômico da língua como capital social apresenta desafios significativos em termos de quantificação, o que dificulta sua análise. Isso levou à falta de literatura especializada e tornou o conceito de crescente interesse.

A OCDE (2004) define capital social como

o conjunto de redes, juntamente com normas, valores e entendimentos compartilhados que facilitem a cooperação, tanto entre grupos quanto dentro deles (...). O capital social é o conjunto de normas e laços que permitem a ação social coletiva. O capital social não é apenas a soma das instituições que sustentam uma sociedade, mas é o que a mantém unida. (OCDE, 2004)

A troca pertence à natureza humana como característica diferenciadora de outros animais. Envolve regras conhecidas e aceitas por todos os participantes, constituindo um conjunto de normas, práticas e costumes que regulam as interações sociais e econômicas, chamado de "instituições econômicas". Segundo ALARCÓN (2002), a língua pode ser vista como uma instituição que regula as trocas e interações em diversas sociedades humanas. A interação social é desafiadora sem padrões de linguagem compartilhados e formas de comunicação mútua. As línguas estabelecem uma estrutura que influencia as decisões e escolhas humanas, com consequências tanto linguísticas como não linguísticas.

Quando se tratam de instituições de troca, como os mercados, é essencial estudar as regras de comportamento econômico do mercado, mas também é fundamental entender como são criadas e modificadas as regras e normas que regulam esses mercados. As línguas representam um padrão universal de troca nas sociedades humanas, embora essa generalização seja acompanhada por uma diversidade linguística que permite várias formas de intercâmbio em uma comunidade linguística (FISHMAN, 2016). Quando indivíduos de diferentes repertórios linguísticos precisam se comunicar, surge a necessidade de adotar padrões de interação comuns, sendo a língua o principal deles.

A propensão natural do ser humano para a troca e a negociação de bens estabelece as regras do jogo e cria mercados como mecanismos de coordenação das atividades humanas. Assim, as línguas atuam como uma das instituições de troca, emergindo como uma força social resultante da interação. Elas constituem o domínio no qual decisões individuais são coordenadas para determinar o valor com base na lei da oferta e da procura, alocando recursos escassos para os usos de maior valor.

Os mercados oferecem informações sobre a escassez relativa de bens, criam incentivos individuais e distribuem renda entre os fornecedores de recursos. Além disso, definem a apropriação desigual de recursos com base nos direitos de propriedade necessários para o funcionamento da economia de mercado (ALARCÓN, 2002). Os direitos de propriedade são instituições sociais que estabelecem os privilégios reconhecidos aos indivíduos em relação a um conjunto de ativos. Essas instituições têm o poder de regular e fornecer incentivos para a ação dos agentes, que podem ser positivos ou negativos, dependendo de como facilitam ou dificultam as relações e as trocas entre os agentes.

2.2 O VALOR DE USO E O VALOR DE TROCA DE UMA LÍNGUA

Os termos "valor de uso" e "valor de troca" são termos econômicos conhecidos da famosa obra "O capital" de Karl Marx, alguns autores adaptam esses termos no campo da linguística. Considerando que a língua não é um produto tradicional ligado a cadeia de produção, se torna desafiador atribuir valor a linguagem da mesma maneira que fazemos com estes produtos. As línguas são inesgotáveis, e a escassez reside na capacidade humana de acumular capital linguístico. Além disso, a linguagem funciona como forma de troca social, semelhante ao dinheiro, o que torna complicado definir seu "valor de uso" e "valor de troca" (COLOMER, 1996).

O "valor de troca" é estabelecido mediante avaliações subjetivas sucessivas que convergem para uma apreciação intersubjetiva no mercado, conhecida como preço. Na esfera privada das línguas, o único preço pago é o custo de aquisição para incorporá-las ao trabalhador e o preço de aluguel pago pelo empresário ao contratar recursos linguísticos.

No nível público, os custos do investimento linguístico são substâncias no orçamento, que envolvem a formação das pessoas em instituições educacionais formais e a manutenção da utilidade das línguas. Assim como o dinheiro, o valor de troca de uma língua é determinado por um sistema coletivo de interdependência em termos de compatibilidade e em relação a alternativas, outras línguas ou moedas, com as quais é possível a troca e comunicação, no caso das línguas, se o valor de troca é estabelecido coletivamente por um padrão compartilhado pela comunidade, o valor de uso é uma questão individual.

De acordo com Colomer (1996), o paradigma econômico busca integrar a questão linguística, considerando a linguagem como um instrumento de comunicação com um "valor de troca" e como uma ferramenta de expressão e cultura com um "valor de uso". Esses valores são identificáveis e classificáveis com base nas preferências individuais, tornando a linguagem um objeto de escolha no sentido microeconômico.

Na esfera macroeconômica, a política linguística implica incentivos para o uso das línguas, criando capital coletivo por meio de padronização e regulamentações (gramática, dicionários) e induzindo usos linguísticos em relações privadas por meio da Administração Pública, dos meios de comunicação públicos e de normas coletivas de comportamento linguístico (COLOMER, 1996).

O autor parte da premissa, sujeita a questionamento, de que todas as línguas são igualmente válidas, ou seja, todas podem ser usadas para falar sobre qualquer assunto, tornando-as intercambiáveis. O investimento linguístico em recursos específicos será determinado pela apreciação subjetiva que os indivíduos fazem desses recursos em uma comunidade linguística, ou seja, pelo valor de uso atribuído. Segundo Jiménez (2006), o valor de troca futuro de uma língua específica é determinado pelo valor de uso agregado das línguas.

Para prever a evolução futura das línguas é importante considerar os interesses individuais, levando em conta a distribuição social das línguas e suas lógicas, como as externalidades. O valor intersubjetivo resulta das apreciações individuais dos recursos que a língua oferece, e isso implica que a estrutura linguística é uma propriedade do sistema social, onde cada indivíduo valoriza de maneira diferente a utilidade de cada língua. Conforme exposto, diferentes tipos de valor podem ser atribuídos as línguas, especificados em três grupos por Jiménez (2006):

- I. Valor de troca das línguas relacionado à forma e tamanho dos grupos linguísticos;
- II. Valor de troca como função dos recursos dos grupos linguísticos;
- III. Valor de uso centrado na utilidade de uma língua específica;

O valor de troca com base no número de membros do grupo linguístico é relevante, pois as línguas com maior potencial operam como monopólios, gerando externalidades de rede que as tornam preferidas pelos agentes na capitalização.

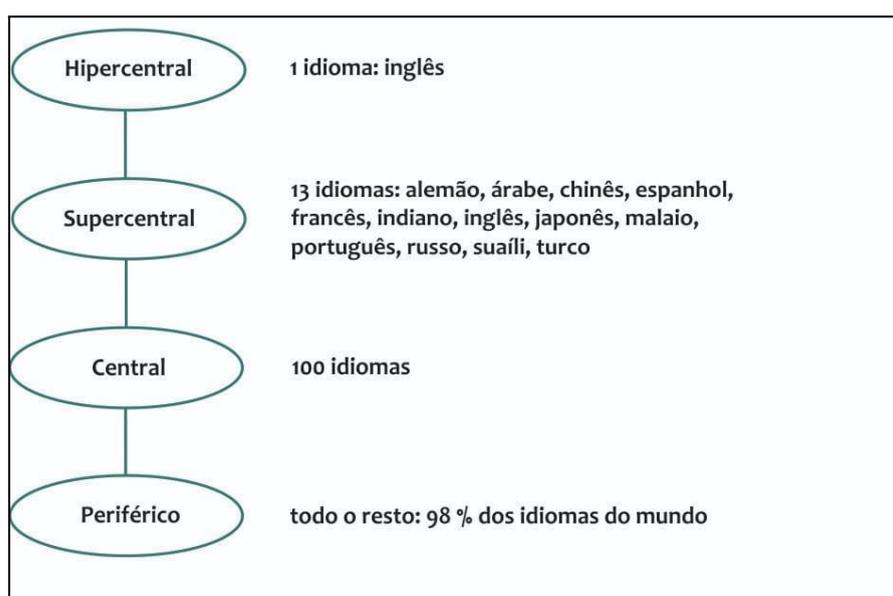
Isso significa que quanto mais falantes uma língua possui, maior é o valor de comunicação para cada um, definido como "Q-value" por de Swaan (2001, p.33)

O autor classifica hierarquicamente as línguas com base em seu papel social em grande escala para seus falantes, distinguindo entre:

- A. **Línguas hipercentrais:** que também conectam línguas supercentrais. De Swaan considera o inglês como a única língua hipercentral.
- B. **Línguas supercentrais:** línguas amplamente faladas que servem como conectores entre falantes de línguas centrais. Essas seriam doze: alemão, árabe, chinês, espanhol, francês, hindi, inglês, japonês, malaio, português, russo e suaili.
- C. **Línguas centrais:** línguas amplamente faladas
- D. **Línguas periféricas:** o restante. São línguas marginalizadas pelas línguas supercentrais visando melhorar suas facilidades de comunicação, além de serem línguas com uma cultura única, a maioria delas não tem reconhecimento ou disseminação por parte dos países e regiões onde são faladas. Essas categorias são baseadas no reconhecimento social e na disseminação das línguas em questão.

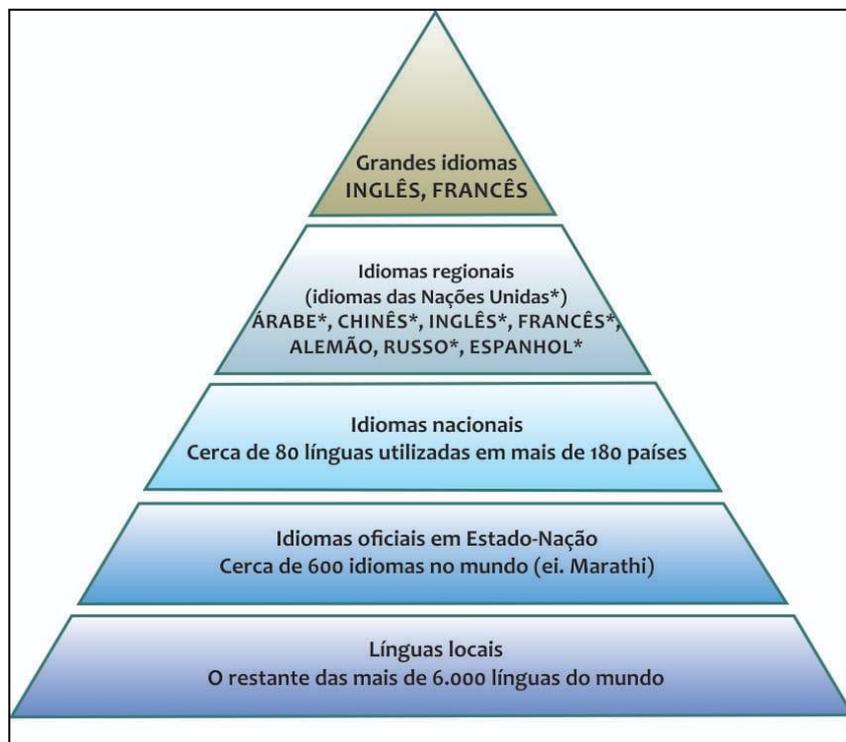
A Figura 1 contém o fluxograma que representa a hierarquia das línguas na teoria do sistema global de linguagem De Swaan (2001).

Figura 1 - Classificação hierárquica de línguas em função do seu papel.



Fonte: De Swaan (2001). Elaborado pela autora.

Figura 2 - Pirâmide representativa da importância das línguas



Fonte: De Swaan (2001). Elaborado pela autora.

As línguas possuem diversas hierarquias, baseadas estas no número de falantes, em seu uso internacional, como principais fatores, como se mostra na Figura 2.

De Swaan (2001, p. 33) desenvolve um indicador do valor comunicativo das línguas, conhecido como Q-value, o qual é calculado com base na posição que ocupam em seu sistema.

Figura 3 - Equação do modelo indicador do valor comunicativo das línguas de Swaan.

$$Q_i = p_i \times c_i = \left(\frac{P_i}{N^S} \right) \times \left(\frac{C_i}{M^S} \right)$$

LEGENDA:
i: língua
S: constelação à qual a língua pertence
Qi: valor comunicativo para a língua i
pi: prevalência
ci: centralidade
Pi: número de falantes competentes na língua i
Ns: número total de falantes da constelação S
Ci: número de falantes multilíngues que falam a língua i
Ms: número total de falantes da constelação S

Fonte: De Swaan (2001). Elaborado pela autora.

Um indicador do valor comunicativo das línguas, como o Q-value é significativo por várias razões. Esse indicador oferece uma métrica que permite avaliar a importância relativa de diferentes línguas.

Na equação ilustrada na figura 3, a prevalência do idioma significa o número de falantes competentes numa língua, dividido por todos os falantes da constelação. A centralidade é o número de falantes multilíngues que falam a língua, dividido por todos os falantes multilíngues na constelação à qual língua pertence. Desta maneira, o valor Q ou valor de comunicação é o produto da prevalência e da centralidade do idioma na constelação a qual a língua pertence De Swaan (2001, p. 33) .

Consequentemente, entendemos que um idioma periférico tem um valor Q baixo, e os valores Q aumentam ao longo da classificação sociológica dos idiomas, sendo então o valor Q do idioma hipercentral o mais alto.

De Swaan (2001) tem calculado os valores Q dos idiomas oficiais da União Europeia (UE) desde 1957 para explicar a aquisição de idiomas por cidadãos da UE em diferentes fases.

2.3 O ENSINO DO ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA EM PAÍSES QUE NÃO POSSUEM O ESPANHOL COMO LÍNGUA MATERNA

Atualmente, existem dois países estrategicamente relevantes para a expansão da língua espanhola, tanto em termos de número de estudantes como de localização geopolítica: O Brasil e os Estados Unidos. O espanhol está se consolidando como a segunda língua mais falada nos Estados Unidos, logo depois do inglês. Isso se deve a uma série de fatores que promovem seu crescimento, incluindo o aumento da população de origem hispânica e o crescente interesse dos americanos em aprender espanhol (SÁNCHEZ, 2015).

No entanto, há também fatores limitadores que afetam essa expansão. Um deles é o aumento da população hispânica nascida nos Estados Unidos, que muitas vezes cresce em um ambiente onde o inglês é a língua predominante. Isso, por vezes, leva a uma maior assimilação cultural e resulta em uma redução das habilidades linguísticas na língua espanhola, especialmente entre as segundas e terceiras gerações de imigrantes (SÁNCHEZ, 2015).

. Além disso, o avanço da educação tem um impacto significativo, uma vez que muitos indivíduos optam por se concentrar na fluência em inglês, que é a língua predominante, em detrimento do espanhol, o que pode limitar o crescimento dessa língua no país.

2.4 DEMOGRAFIA E OFICIALIDADE DA LÍNGUA NO ESPAÇO DE LÍNGUA ESPANHOLA

No que tange à demografia espanhola, em 21 estados, incluindo Porto Rico, nos quais o espanhol é reconhecido como língua oficial. Dentre esses estados, 17 deles consagram oficialmente o espanhol em suas constituições, abrangendo aproximadamente 60% da população total desses países. Por outro lado, há quatro países (México, Argentina, Chile e Uruguai) nos quais a oficialidade da língua não está explicitamente registrada na constituição, embora o espanhol seja a língua mais amplamente utilizada pela população, pelos órgãos públicos e nos documentos oficiais. No México, por exemplo, existe uma Lei Geral dos Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas que reconhece e promove o uso das línguas indígenas juntamente com o espanhol.

A oficialidade de uma língua e sua associação com um Estado são elementos de grande importância para fortalecer a vitalidade de uma língua. O fato de o espanhol ser, de alguma forma, oficial em 21 países contribui de maneira significativa para a sua sobrevivência e desempenha um papel crucial na sua disseminação e preservação. Isso não apenas mantém a língua espanhola como uma língua vibrante em um amplo espectro geográfico, mas também fomenta seu crescimento e relevância em contextos diversos ao redor do mundo hispânico.

2.5 A INFLUÊNCIA DO ESPANHOL AO REDOR DO GLOBO

López Morales (2007) expressou que o espanhol ocupa atualmente a quarta posição entre as línguas mais faladas no mundo, sendo utilizada por cerca de 5,7% da população global. A situação da língua espanhola está em constante crescimento, e de acordo com projeções feitas pela Britannica World data (Chicago) para o ano de 2030, a língua espanhola representaria aproximadamente 7,5% da população mundial, o que equivale a um total de 535 milhões de falantes. Isso a colocaria muito a frente do russo (2,2%), francês (1,4) e alemão (1,2%) indicando que, nessa época, apenas o chinês superaria o espanhol como o maior grupo de falantes de língua materna (MORALES, 2007). Exceto se ocorrerem mudanças significativas, é plausível esperar que em três ou quatro gerações, cerca de 10% da população mundial fale espanhol.

Considerando que os Estados Unidos são o segundo país com a maior quantidade de falantes de espanhol, logo depois do México, e levando em conta os demais países de língua espanhola na América, podemos afirmar que o espanhol é, acima de tudo, uma língua americana. É um idioma que percorre praticamente todo o continente sem interrupção, demonstrando uma notável continuidade geográfica. Essa característica geográfica é uma das principais razões para a vitalidade da língua espanhola e a sua expansão ao longo dos anos.

Além disso, os linguistas destacam outro aspecto notável do espanhol, que é o fato de que é uma das grandes línguas internacionais que geraram muito poucas línguas crioulas ou línguas mistas em comparação com outras línguas globais (MORALES, 2007), o que demonstra a estabilidade e a riqueza intrínseca da língua espanhola, que, apesar de sua expansão por todo mundo, manteve a sua integridade e pureza linguística em uma extensão impressionante.

2.6 O ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL

De 1958 a 2007, foram apresentados 26 projetos de lei visando implementar o ensino do espanhol no sistema educacional brasileiro. Apenas um deles foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei n.º 3987/2000, do deputado Átila Lira, que culminou na Lei n.º 11.161/2005 (BRASIL, 2005) (conhecida como "Lei do Espanhol"), a qual incluiu o espanhol como disciplina a ser integrada no currículo brasileiro, embora ainda fosse preciso enfrentar desafios como resolver problemas logísticos e a escassez de recursos para sua implementação.

Essa lei, em seu artigo 1, implica que 'O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado gradativamente nos currículos completos do ensino médio. (BRASIL, 2005). O parágrafo 1 do artigo 1º, portanto, determinava que o processo de implantação do espanhol deveria ser concluído em 5 anos.

O Ministério da Educação (MEC) propôs diretrizes para a implementação dessa lei, mas muitos estados não estavam preparados para atender às demandas sociais necessárias para seu cumprimento, o que resultou em disparidades entre os estados. Alguns estados, como Rio Grande do Sul ou Paraná, conseguiram implementar a lei rapidamente com uma estrutura muito bem desenvolvida, enquanto outros estados, como Sergipe, Bahia e Amapá, levaram 5 anos para implementar as mudanças com estruturas muito básicas ou nem as aplicaram adequadamente (BESERRA, 2021).

Vários fatores, principalmente de natureza política e econômica, desempenharam um papel importante na aprovação do Projeto de Lei n.º 3.987. (BRASIL, 2001) O fortalecimento mencionado anteriormente do Mercosul e as contribuições do conhecimento da língua espanhola nas relações comerciais do Brasil com os países do Cone sul são exemplos significativos disso, conforme destacado pelo deputado Átila (PSDB-PI) Durante a Sessão 172.3.52.0 em 7 de julho de 2005, na justificção do Projeto de Lei: 'Com a consolidação do Mercosul, aumenta a necessidade de conhecer a língua espanhola, que já ocupa o segundo lugar como elemento de comunicação no comércio internacional' (BESERRA, 2021).

Além das relações com países latino-americanos, a relação com a Espanha (que naquela época era o segundo maior investidor econômico no Brasil, atrás dos Estados Unidos) levou a acordos entre a Espanha e o Brasil, no que se refere à

formação de professores. No entanto, devemos considerar que a política adotada pela Espanha no Brasil não considerou completamente as necessidades educacionais e os interesses culturais dos estudantes brasileiros, uma vez que o interesse dos espanhóis estava mais centrado na comercialização de sua língua PONTE (2016).

Conforme afirmou Ponte (2016: p 20) [...], a política linguística expansionista da Espanha baseia-se na difusão do espanhol como língua estrangeira, que não tem nada a ver com o caráter educativo e a proposta educacional de um componente curricular do ensino médio. Nessa política de expansão, o que se comercializa é uma língua-produto que não reflete diversidade, integração ou reflexão. No entanto, não podemos deixar de considerar o contexto político da época, como foi relatado em 6 de agosto de 2005 no jornal Folha de S.Paulo:

"O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem uma lei que obriga as escolas públicas e privadas do ensino médio a oferecer, em até cinco anos, um curso de espanhol. 'Se não houver interesse dos alunos em cursar espanhol, a escola não será obrigada a ministrá-lo. Será obrigada a oferecê-lo', disse o ministro Fernando Haddad (Educação). Os cursos serão oferecidos em sala de aula, mas as escolas privadas poderão oferecê-los como uma opção em centros de idiomas. O governo brasileiro está negociando a troca de parte da dívida com a Espanha, no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 58 milhões), pelo treinamento de professores. 'Provavelmente a Espanha oferecerá um acordo de cooperação que perdoará parte da dívida externa brasileira em troca de incentivos na educação', disse Bruno Ayllón Pino, doutor em relações internacionais e especialista em relações entre o Brasil e a Espanha. Pino considera a lei 'positiva', com ressalvas. 'Será necessário um grande número de professores. De onde virão os professores? Quem os preparará? Que tipo de espanhol será ensinado, o da Espanha ou o da América Latina?'

Essa interferência da Espanha no ensino do espanhol no Brasil causou descontentamento, considerando-se que não deveria seu interesse mercantilista, mas sob a responsabilidade de instituições brasileiras cujo objetivo fosse, em um contexto de integração com os diversos países de língua espanhola, formar seus educadores (PARAQUETT, 2014). Podemos concluir, portanto, que a promulgação da Lei do Espanhol pode ter sido motivada mais por questões econômicas e políticas do que educacionais. Como a implementação do espanhol no Brasil se desenvolveu, não se conseguiu atender efetivamente ao objetivo de alcançar maior

integração com os países de língua espanhola do Mercosul, uma vez que os membros deste apenas conseguiram políticas linguísticas com propósitos firmados em circunstâncias momentâneas.

Com a entrada em vigor da lei, surgiu o problema da demanda de professores necessários, para a qual muitas universidades brasileiras fizeram um grande esforço para proporcionar formação adequada a professores. Paralelamente a essa situação, surgiu um problema econômico, já que muitos orçamentos estaduais exigiam recursos que muitas secretarias estaduais não conseguiam obter (MARTÍNEZ; LASECA, 2008). Para lidar com essa situação, foram implementadas estratégias que levaram à inclusão de professores nos sistemas de ensino que não tinham o nível adequado para desempenhar a função desejada no corpo docente.

Outra questão, além da heterogeneidade presente na formação dos docentes, era a qualidade dos materiais, especialmente os manuais, que inicialmente eram produzidos na Espanha, que não eram adaptados às necessidades dos estudantes brasileiros, mas elaborados para estudantes estrangeiros em geral (MARTÍNEZ; LASECA, 2008).

Do ponto de vista econômico, o Brasil provou ser um mercado favorável, levando a que importantes grupos da indústria editorial espanhola se estabelecessem no Brasil, (como a editora Planeta e a editora Santillana que em 2001 adquiriu a Moderna, uma importante editora brasileira). Tudo isso contribuiu para que a variante peninsular do espanhol predominasse nas aulas dessa língua estrangeira, relegando as variantes hispano-americanas, que acabaram sendo apenas um acréscimo de informações que incluíam alguns aspectos gramaticais, lexicais e culturais. Mesmo sendo tratadas de forma excessivamente homogênea, sem considerar as variantes americanas:

"No plano lexical, na maioria das vezes parte-se da ideia de que há uma base referencial comum para os diferentes 'sinônimos' - as variantes, no fundo, são tratadas como tal - e o que é apresentado é uma lista de palavras que nomeiam 'o mesmo objeto' nos diferentes países ou regiões da própria Espanha e da América espanhola. Já no que se refere às variantes morfológicas ou sintáticas - isto é, gramaticais - , também suas formas são apresentadas como "termos que variam em relação a um mesmo referente". No entanto, o traço comum em todos os casos é que a "variedade" - como veremos, preferimos chamar de 'diversidade' mais adiante - fica reduzida, por um lado, a uma lista de 'curiosidades' e, por outro, a uma série de possíveis ameaças capazes de interferir na 'via de comunicação' e expor o aprendiz a mal-entendidos (CELADA, 2002).

As editoras brasileiras encontraram seu espaço e começaram a produzir alguns manuais, como o caso do manual 'Espanhol Série Brasil', publicado pela Editora La Ática em 2003. Essa produção de manuais passou a atender dois tipos de mercados: por um lado, o da educação formal controlado pelo Estado, que decidia quais manuais seriam utilizados, e, por outro lado, o mercado informal, geralmente direcionado a indivíduos, grupos e empresas, composto por centros de idiomas, academias de idiomas e aulas de professores particulares.

No mercado da educação formal, foram utilizados materiais didáticos de editoras nacionais, espanholas ou mesmo de algumas resultantes da fusão de ambas. De qualquer forma, a variante peninsular continuou sendo predominante no ensino formal do espanhol, relegando as variantes dos países de língua espanhola do Cone sul, sem deixar de observar que as editoras brasileiras fizeram um esforço maior para incluir vocabulários e textos hispano-americanos, sem obter sucesso (SEDYCIAS, 2005). Isso nos leva a concluir que o objetivo inicial de alcançar uma maior integração com os países vizinhos de língua espanhola não foi cumprido, e, em última análise, os interesses econômicos espanhóis, com seu poder editorial, continuaram predominando.

No mercado da educação não formal do espanhol, a maioria das academias, centros de idiomas e instituições que fazem parte desse sistema educativo, em sua maioria, adotaram manuais espanhóis ligados ao Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas de 2001. Portanto, conclui-se que, no mercado da educação não formal, a variante peninsular do espanhol também predominou, o que nos leva a pensar que após a promulgação da Lei do Espanhol, em relação aos materiais didáticos, houve duas grandes deficiências: a primeira foi a adaptação do material para o estudante brasileiro e a segunda foi a não inclusão das variedades do espanhol dos países de língua espanhola membros do Mercosul, o que, no início, motivou a criação da lei que buscava a integração desses países com o Brasil.

Algumas mudanças políticas no Brasil resultaram na revogação da lei que promovia o ensino do espanhol no país, aproveitando todas as dificuldades anteriormente mencionadas que o ensino da língua estava enfrentando no Brasil (BARROS; COSTA; GALVÃO, 2016). Com a chegada ao poder do partido de centro-direita liderado por Michel Temer (Partido do Movimento Democrático

Brasileiro), em 2016, várias mudanças foram impostas no sistema educacional brasileiro, uma das quais afetou diretamente o ensino do espanhol, resultando na invalidação da referida lei. "A Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005, fica revogada" (Artigo 13) após sanção presidencial no artigo 22 do PLV n.º 34/2016. Isso afetou diretamente a formação de estudantes que posteriormente prosseguiram seus estudos em diversas áreas, mas principalmente para aqueles que optaram por cursar Relações Internacionais.

Ao mesmo tempo, em que a lei foi revogada, foi elevada a condição da língua inglesa como língua estrangeira formalmente oferecida, conforme consta no artigo 36, após sanção presidencial, no artigo 35A, inciso 3 do PLV n.º 34/2016 da medida provisória: "O currículo do ensino médio incluirá, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e a possibilidade de oferecer outras línguas estrangeiras, como opção..." Ambas as situações vão contra o espírito do Mercosul, que busca a integração entre os países membros.

Apesar de muitas associações de professores de espanhol de vários estados e professores de espanhol de universidades brasileiras terem se manifestado contra as medidas provisórias, elas foram aprovadas pelo Congresso Nacional em 8 de fevereiro de 2017 e sancionadas pelo presidente Michel Temer na Lei n.º 13.415/2017 (BRASIL, 2017) em 16 de fevereiro do mesmo ano.

Após esses eventos, como muitos previram, apesar de muito esforço e investimento, a lei que promovia o ensino do espanhol se tornou história, permanecendo essas políticas no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. De qualquer forma, a luta das instituições ligadas ao ensino do espanhol continua, como pode ser observado, por exemplo, no trabalho intitulado "Espaços de Existência e Resistência do Espanhol no Brasil: O Nordeste em Foco," que foi realizado com base nos textos produzidos como resultado das discussões realizadas no IX Congresso Nordestino de Espanhol (IX CNE):

"Na história recente, em especial no Brasil, tivemos que reafirmar o papel da ciência na superação de obstáculos que já se supunha superados, como o fato de que vacinas previnem mortes ou que o desmatamento corroi as possibilidades de gerações futuras de sobreviverem na Terra. E nesse contexto que se viu o espanhol, como língua estrangeira ou adicional, como preferir o teórico, ser retirado de modo desastroso do currículo da educação básica, de forma obrigatória, em meio a discursos ideológicos e políticos. Na o estava sozinho, e bem verdade. As demais disciplinas, com exceção de português, matemática e inglês,

estavam retiradas da obrigatoriedade de oferta. Em troca, o governo de Michel Temer, apoiado pelo mesmo congresso que afastou a presidenta Dilma Rousseff do cargo por meio de um golpe, transferiram para os sistemas estaduais de ensino a competência de escolher a constituição o do currículo. (A MIRANDA; IRINEU, 2005)"

Considerando tudo o que foi mencionado anteriormente, podemos concluir que o ensino do espanhol no Brasil tem sido marcado pela escassa existência de políticas linguísticas eficazes para um ensino de qualidade, pela conveniência política e até mesmo pela falta de atenção.

3 O ESPANHOL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Para analisar a importância do ensino de espanhol em um curso para acadêmicos de relações internacionais, é crucial observar sua posição dentro do contexto das organizações internacionais.

3.1 LÍNGUA FRANCA E LÍNGUAS OFICIAIS E DE TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Sabe-se que a relevância das línguas nas relações entre os países está intimamente ligada aos eventos históricos. No que diz respeito a uma língua franca, o espanhol nunca teve essa consideração na história, embora estivesse perto de sê-lo quando a Espanha ainda formava parte do império de Carlos I da Espanha e V da Alemanha. Vale a pena lembrar o que aconteceu no dia de sua coroação em Roma, em abril de 1536, quando ele fez seu discurso em espanhol, o que provocou reclamações do bispo de Mâcon, que era embaixador da França e não entendia esse idioma. O imperador respondeu: "Señor obispo, entiéndame si quiere, y no espere de mí otras palabras que de mi lengua española, la cual es tan noble que merece ser sabida y entendida de toda la gente cristiana" (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Rupérez e Vitores (2012) também, expressam que "después, por la abdicación de Carlos V y la separación del imperio y de España, entre otras razones, no pudo el español sustituir al latín como lengua internacional". Apesar da insistência do imperador em impor o idioma espanhol, ele perdeu influência à medida que a Espanha se desvinculava do império europeu, e à medida que novos estados e suas fronteiras políticas, religiosas e linguísticas eram delineados (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Com o Tratado de Westfália em 1648, o francês começou a afirmar sua predominância nas negociações diplomáticas, chegando a se tornar a única língua utilizada nas negociações na Paz de Rastadt em 1714 (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Gradualmente, a Espanha se recolheu aos seus limites peninsulares e se concentrou em suas possessões na América, marcando o início de seu longo declínio em relação à promoção de sua língua. Apesar de ter acumulado poder no

século XVI, a Espanha não conseguiu fazer com que seu idioma se tornasse um privilégio europeu. Durante o século XVII, o francês predominou na Europa, com o espanhol tendo pouca influência. A Espanha teve que esperar até o século XIX para colher os benefícios de seu idioma exportado a milhares de quilômetros de distância (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Até bem avançado o século XIX, o francês permaneceu como língua oficial na política, na diplomacia e no comércio. Com a derrota napoleônica, os ingleses começaram a reivindicar sua parte no saque linguístico, obtendo algo em Viena em 1815, mas não consolidando essa posição até o Tratado de Versalhes em 1919, onde o inglês e o francês foram igualmente utilizados nos textos negociados para selar a paz. Embora o francês tenha mantido certa predominância no início, a relação de forças foi mudando ao longo do tempo, não tanto devido à influência dos britânicos, mas devido à ascensão impetuosa dos Estados Unidos da América no cenário internacional. No final das contas, a afirmação de Nebrija em sua obra "Gramática de la lengua castellana, de 1492, ainda era verdadeira: "Siempre la lengua fue compañera del imperio." Embora o termo "império" usado por Nebrija naquela época derivasse do latim "imperare", que significa comando, sob cuja influência os comportamentos da comunidade se moldam e harmonizam, ainda não tinha o significado de império que conhecemos hoje. No entanto, não há dúvida de que, na atualidade, as grandes línguas obtêm o qualificativo de internacionais sob as estruturas de domínio.

Foi assim que o inglês, o francês, o russo, o espanhol e até mesmo o árabe alcançaram a universalidade. Poderíamos dizer que, em uma economia globalizada, o peso futuro das línguas depende mais da força da economia, avanços científicos e qualidade institucional dos países que as utilizam do que de termos demográficos. Nesse sentido, poderíamos questionar, como faz Tamarón:

"Es el español una *lingua franca* o una gran lengua internacional? Más bien parece lo segundo, si se repara en que la mayoría de los hispanohablantes no tiene otra lengua materna. No significa lo mismo que un chileno o un cubano hablen en español en la ONU, que lo haga en francés un congoleño o en inglés un paquistaní. El chileno y el cubano no están empleando una lengua vehicular extranjera, están usando su propia y a veces única lengua" (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Tamarón aborda o conceito de "Índice do peso internacional do espanhol", que coloca o inglês em primeiro lugar, com 0,590, o francês em segundo, com 0,445, e o espanhol em terceiro, com 0,394, com base em vários critérios métricos: número de habitantes das seguintes línguas (inglês, francês, russo, alemão, espanhol, japonês, sueco, chinês, mandarim, hindi e italiano), o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU (que, por sua vez, é composto por vários índices), número de países nos quais a língua é oficial ou cooficial, exportações dos países nos quais a língua é nacional, número de traduções da língua para outras e sua oficialidade no sistema da ONU (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

No entanto, no caso do espanhol, a demografia poderosa tem mais peso do que os fatores econômicos e culturais. É importante considerar que a oficialidade do espanhol nessa instituição se deveu mais às repúblicas hispano-americanas do que à própria Espanha. Elas estavam interessadas em participar de um sistema de segurança coletiva que as protegesse contra possíveis influências ou ações intervencionistas dos já poderosos Estados Unidos. Embora possa parecer contraditório, os hispano-americanos viram nas propostas do presidente norte-americano Woodrow Wilson uma proteção contra a interferência de Washington (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Alguns anos depois, vários países se retiraram da organização por discordarem de decisões da mesma, como foi o caso da Espanha e do Brasil. Eles deixaram a organização internacional por não serem admitidos como membros permanentes do conselho. No entanto, mesmo depois da saída da Espanha da organização, o espanhol continuou sendo uma língua oficial dentro dela.

3.2 O ESPANHOL NA ONU

Uma série de eventos, juntamente com o aumento das tensões internacionais que começaram com a Grande Depressão, a falta de adesão de países importantes em termos geopolíticos, levaram ao fim da organização, que não conseguiu impedir o início da Segunda Guerra Mundial em 1939. Mesmo durante o conflito, seu papel se limitou à assistência a refugiados. Devido ao seu fracasso, a Sociedade das Nações deixou de existir em 1946, dando lugar a uma nova Liga de Estados Internacionais, a atual Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2023).

Ao término da Segunda Guerra Mundial e depois da dissolução da Sociedade das Nações, o espanhol recebeu reconhecimento como língua importante no contexto internacional. Isso se deve ao fato de que, juntamente com o inglês, francês, russo e chinês, o espanhol é uma das línguas nas quais o texto da Carta das Nações Unidas é redigido oficialmente, conforme podemos ver na Tabela 1. Isso implica que o espanhol tem um status relevante nas comunicações e documentos oficiais das Nações Unidas, sendo utilizado como uma das línguas oficiais para a cooperação e diplomacia em nível internacional. Essa categoria de língua dentro da ONU não se deveu à Espanha, que se tornou membro em 1955, mas aos estados hispano-americanos, que tiveram alguma participação, embora limitada, na Segunda Guerra Mundial, quase sempre ao lado dos Estados Unidos. Não podemos deixar de notar que sua inclusão foi favorecida porque os Estados Unidos viam nisso uma forma de obter mais poder e atingir seus objetivos na organização, contando com o apoio dos países hispano-americanos.

No artigo 111 da Carta das Nações Unidas (ONU, 1945), estabelece-se que os cinco idiomas são considerados igualmente autênticos para a interpretação de suas disposições. Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas concedeu a categoria de "oficiais" aos cinco idiomas originais, enquanto classificou o francês e o inglês como "línguas de trabalho". Devido à pressão dos países hispano-americanos, em 1948, o espanhol passou para a categoria de língua de trabalho, um processo que se repetiu com o idioma russo em 1968. Dessa forma, apenas o chinês não era uma "língua de trabalho", devido à dinâmica linguística estar relacionada a questões de prestígio nacional e internacional. Em 1973, o chinês também adquiriu a categoria superior de língua de trabalho, ao mesmo tempo, em que o árabe foi incorporado como língua "oficial" e, em 1980, alcançou a categoria de língua "de trabalho".

Embora, a partir dessa data, os seis idiomas recebam a mesma consideração, deve-se observar que há uma diferença significativa que rege o sistema linguístico do Conselho Econômico e Social, onde, embora os seis idiomas sejam oficiais, apenas três são "de trabalho": inglês, francês e espanhol. Outra diferença importante é que o Secretariado das Nações Unidas opera exclusivamente em inglês e francês. Na prática, e apesar dos esforços dos franceses, apenas o inglês é preferido pelo corpo de funcionários internacionais, dominado na maioria por falantes de inglês, sejam eles nativos ou não.

Em qualquer organização internacional, entendemos por "idioma oficial" aquele idioma que é utilizado formalmente de forma oral e escrita pelos participantes, no qual são tomadas decisões e acordos, enquanto "idioma de trabalho", como o próprio nome sugere, é o idioma comumente utilizado em contatos, diálogos e negociações que culminam na formalização dos acordos. Portanto, podemos deduzir que todos os idiomas "de trabalho" são oficiais, mas nem todos os idiomas oficiais são "de trabalho". De qualquer forma, o que realmente importa é o idioma de trabalho, assumido com a capacidade e influência necessárias para impregnar a vida cotidiana e as práticas, mantendo, ao mesmo tempo, seu status oficial.

TABELA 1 - Cronologia por idioma:

| Idioma/OI | Assembleia Geral | Conselho de Segurança | Idioma Oficial ONU |
|-----------|------------------|-----------------------|--------------------|
| Árabe | 1973 | 1982 | 1973 |
| Chinês | 1973 | 1974 | 1946 |
| Espanhol | 1948 | 1969 | 1946 |
| Francês | 1946 | 1946 | 1946 |
| Inglês | 1946 | 1946 | 1946 |
| Russo | 1968 | 1969 | 1946 |

Fonte: Fonte: ONU, 2023. Elaborado pela autora.

TABELA 2 - Países membros e idiomas oficiais da ONU.

| PAÍSES MEMBROS | IDIOMAS OFICIAIS | IDIOMAS DE TRABALHO |
|----------------|------------------|---------------------|
|----------------|------------------|---------------------|

| | | |
|---|---|--------------------------|
| <p>Afeganistão, Albânia, Alemanha, Andorra, Angola, Antígua e Barbuda, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Armênia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bahamas, Barein, Bangladesh, Barbados, Belarus, Bélgica, Belize, Benin, Butão, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Botsuana, Brasil, Brunei Darussalam, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Canadá, Chade, Chile, China, Chipre, Colômbia, Comores, Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Dinamarca, Djibouti, Dominica, Equador, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Eritreia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Etiópia, Macedônia, Federação Russa, Fiji, Filipinas, Finlândia, França, Gabão, Gâmbia, Geórgia, Gana, Granada, Grécia, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Guiana,</p> <p>Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Irlanda, Islândia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Quirguistão, Kiribati, Kuwait, Lesoto, Letônia, Líbano, Libéria, Líbia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Madagascar, Malásia, Malawi, Maldivas, Mali, Malta, Marrocos, Maurício, Maurítânia, México, Micronésia, Mônaco, Mongólia, Montenegro, Moçambique, Mianmar, Namíbia, Nauru, Nicarágua, Nigéria, Níger, Noruega, Nova Zelândia, Omã, Países Baixos, Paquistão, Palau, Panamá, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Perú, Polónia, Portugal, Qatar, Reino Unido, Grã Bretanha e Irlanda do Norte,</p> | <p>Árabe, chinês, espanhol, inglês, francês, russo.</p> | <p>Francês e inglês.</p> |
|---|---|--------------------------|

| | |
|--|--|
| <p>Síria, República Centro-Africana, República Checa, República da Coreia, República da Moldávia, República Democrática do Congo, República Democrática Popular do Laos, República Dominicana, República Federal Democrática do Nepal, República Popular Democrática da Coreia, República Unida da Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia, Romênia, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Samoa, San Marino, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, São Vicente e granadinas, Senegal, Sérvia, Seychelles, Serra Leoa, Singapura, Somália, Sri Lanka, África do Sul, Sudão, Sudão do Sul, Suécia, Suíça, Suriname, Suazilândia, Tailândia, Tadjiquistão, Timor-Leste, Togo, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turcomenistão, Turquia, Tuvalu, Ucrânia, Uganda, Uruguai, Uzbequistão, Vanuatu, Venezuela, Vietnã, Iêmen.</p> | |
|--|--|

Fonte: ONU, 2023. Elaborado pela autora.

Na prática, existe uma grande desigualdade no tratamento linguístico nas Nações Unidas, conforme ilustra a tabela 2. Em 2001, os representantes dos países de língua espanhola expressaram sua queixa devido ao peso do inglês, percebendo os outros cinco idiomas oficiais como discriminados. O secretariado-geral alegou que as tarefas oficiais da instituição sempre eram cobertas conforme as regras, mas, devido a problemas financeiros, não era possível garantir igualdade no tratamento das línguas oficiais, especialmente no que diz respeito às comunicações externas (VÍTORES; GARCÍA, 2014).

Essa questão se tornou ainda mais complicada quando outros grupos linguísticos começaram a reivindicar o status oficial, com base no número de seus falantes, incluindo hindi, bengali e português. Dentro desse contexto, pode-se considerar que o espanhol está bem estabelecido nas Nações Unidas, uma vez que possui um bloco significativo de falantes nativos que o utilizam para suas atividades oficiais. Esse bloco é o terceiro em importância, atrás apenas do inglês e francês.

Ao considerar a importância do espanhol na organização, é relevante notar que dos 193 Estados-membros, alguns têm uma das seis línguas oficiais como língua materna, enquanto um número muito maior de Estados-membros precisa recorrer a uma língua que não seja a deles para se comunicar na organização. Os países que compõem o Mercosul, além do Brasil, com o espanhol como língua

materna, não enfrentam esse problema. A posição do espanhol dentro da ONU é diferente das demais línguas oficiais, do seguinte ponto de vista: o inglês é a língua de todos; o francês, o russo e o chinês são línguas que têm uma conexão patrimonial com seus países de origem, enquanto, no caso do árabe, o usado nas Nações Unidas é uma forma clássica que serve como língua franca para o mundo que compartilha essa cultura, mas, em última análise, não pertence a ninguém; no entanto, o espanhol pertence igualmente a cada uma das delegações hispano-americanas, e sua defesa no sistema das Nações Unidas é responsabilidade igual de todas elas (RUPÉREZ; VÍTORES, 2012).

Um problema real para a defesa do idioma dentro da ONU é a falta de unificação dos critérios gramaticais na redação de textos em espanhol que refletem posições oficiais dentro da organização. Devem-se minimizar as diferenças locais do espanhol para alcançar consenso que permita a criação de textos comuns que sejam claros e não suscetíveis a interpretações ambíguas por parte dos demais Estados-membros, o que é de extrema importância para evitar possíveis divergências nas interpretações das informações da ONU por parte das populações de língua espanhola em todo o mundo. É de extrema importância considerar os fatores anteriormente mencionados na implementação de um curso de espanhol voltado para a formação de estudantes do curso de Relações Internacionais.

Para que uma língua franca possa se consolidar, ela deve ser respaldada pela cultura, ciência, educação, prosperidade e civilização. Atualmente, isso corresponderia a uma atualização da ideia de império à qual Nebrija se referia em sua época. Isso se aplica perfeitamente ao inglês, que é considerado uma língua franca não por ter estruturas simples, mas por ser a língua de um setor tão influente no mundo. Para que o espanhol possa alcançar esse status, ele deve atender a todos os requisitos mencionados anteriormente e, somente então, seria usado por pessoas que não o têm como língua materna, mas desejam aprendê-lo e usá-lo em negócios internacionais, sejam eles públicos ou privados.

3.3 O ESPANHOL NA UNIÃO EUROPEIA

Ao contrário do cenário nas Américas, na Europa, o espanhol tem uma importância relativamente menor, conforme aparece na figura 3. Com a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), em 2020, o número de habitantes nos países que a compõem passou a ser um pouco mais de 448 milhões, sendo o espanhol a língua materna de cerca de 48 milhões de pessoas, sendo também falado como segunda ou terceira língua por cerca de 27 milhões (UE, 2023).

Isso o coloca como a quarta língua mais falada em termos de falantes nativos na Europa. No entanto, em contraste com as Américas, onde o espanhol é a língua principal na maioria dos países, na Europa sua relevância se assemelha à da Espanha. Apesar disso, seu valor não é irrelevante, pois é a língua de centenas de milhões de pessoas fora do continente europeu, muitas delas provenientes dos países que compõem, juntamente com o Brasil, o Mercosul, países com os quais a União Europeia mantém laços políticos e comerciais. Além disso, seu status como língua oficial em várias organizações internacionais também contribui para sua importância (UE, 2023).

TABELA 3 - Países membros e idiomas oficiais da União Europeia.

| PAÍSES MEMBROS | IDIOMAS OFICIAIS | IDIOMAS DE TRABALHO |
|--|---|----------------------------|
| Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Espanha, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, Suécia e Reino Unido. | Alemão, búlgaro, tcheco, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estoniano, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polonês e português. | Todos os idiomas oficiais. |

Fonte: UE, 2023. Elaborado pela autora.

Tornar-se uma língua oficial da União Europeia foi muito mais fácil para o espanhol do que no caso das Nações Unidas, pois a última, desde o início de sua existência, considerou igualmente oficiais as línguas de todos os seus

Estados-membros, tendo uma atitude louvável em relação à construção da Europa contemporânea, que não deve ser baseada em hegemonias ou imposições, priorizando esses princípios em relação aos econômicos, uma vez que o custo global do multilinguismo supera um milhão de euros. No caso da União Europeia, todas as línguas são oficiais e de trabalho (UE, 2023).

Considerando as informações citadas anteriormente, podemos concluir que o status do espanhol na União Europeia é inferior ao que possui nas Nações Unidas, uma vez que nesta última é a terceira língua mais falada, enquanto na União Europeia ocupa a quinta posição em termos de falantes nativos.

3.4 O ESPANHOL NA OTAN E NO CONSELHO DA EUROPA

Criadas em 1949, o Conselho da Europa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo pioneiras na cooperação multilateral europeia e euro-atlântica, com o francês e o inglês como línguas oficiais, respeitando escrupulosamente o bilinguismo. A Espanha não fez parte dos estados fundadores, ingressando nessas organizações mais tarde, no Conselho da Europa em 1977 e na OTAN em 1982. Ambas as instituições tinham um sistema linguístico consolidado e sem falhas, o que impediu a possibilidade de o espanhol se tornar uma das línguas oficiais (OTAN, 2023).

3.5 O ESPANHOL NA OSCE

Na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o espanhol faz parte das línguas oficiais, juntamente com o inglês, o francês, o alemão, o italiano e o russo, desde 1972. Apesar de a Espanha nas últimas etapas do franquismo ter tido uma capacidade diplomática muito limitada e que não era uma língua geralmente falada na Europa, o fato de ter tido, naquela época, uma dimensão universal e ser o idioma oficial das Nações Unidas permitiu que fosse incluído como idioma oficial da OSCE.

3.6 O ESPANHOL NAS ORGANIZAÇÕES IBERO-AMERICANAS

A esfera ibero-americana é o cenário natural para o uso do espanhol nas Relações Internacionais. Nesse contexto, as organizações de integração nas Américas se multiplicaram nas últimas décadas com diferentes propósitos, sendo o espanhol a língua dominante em todos eles, em alguns casos a única, e em outros casos compartilhando protagonismo com outras línguas, como o português, inglês, francês e até mesmo o holandês. Podemos dizer que está adquirindo um caráter expansivo como *língua franca* (OEI, 2023).

3.6.1 A COMUNIDADE IBERO AMERICANA DE NAÇÕES

Na verdade, esse é mais um conceito político, uma vez que não existe uma organização legal com esse nome. A conferência abrange 22 países de língua espanhola e portuguesa na América e na Europa e está relacionada, em geral, às Cúpulas Ibero-Americanas. Desde seu início no México em 1991, foram realizadas 28 cúpulas. Por algum tempo, foi considerada morta ou inútil por muitos, mas se consolidou em 2023. Apesar de suas divisões, surgiu como um projeto solidário e voluntário dos países ibero-americanos em busca de melhores relações entre Espanha, Portugal e a América Latina. É importante destacar que a Espanha é um dos países mais interessados em mantê-la, sendo o que mais contribui para seu orçamento. O espanhol é uma das línguas oficiais e a mais utilizada (MYLENA; NIÑO, 2013).

3.6.2 A OEA

Na nona Conferência Americana, realizada em Bogotá em 1948, o compromisso de 21 países do hemisfério de formar a Organização dos Estados Americanos (OEA) foi manifesto, visando "alcançar uma ordem de paz e justiça, promover a solidariedade, fortalecer a colaboração e defender a soberania, a integridade territorial e a independência" (Artigo 1, carta da OEA). A OEA é um fórum político para a tomada de decisões, diálogo multilateral e integração das Américas (OEA, 2023).

Possui órgãos internos, como a CIDH, o principal órgão autônomo da OEA responsável por promover e proteger os direitos humanos no continente americano. Em 1971, a Assembleia Geral da OEA aprovou a resolução que deu origem a

criação da condição de observadores permanentes, uma figura que desde então tem permitido que países fora da região participem, contribuam e fortaleçam os princípios, objetivos e programas da Organização. Naquele momento, abriu-se um universo de oportunidades de cooperação que não apenas transcenderia fronteiras, mas também oceanos e culturas. Hoje, países como a Espanha, França, e Itália são observadores da OEA, nações com fortes e históricos laços com a região. Mas também o são outros tradicionalmente menos associados às Américas, como Azerbaijão, Benin, Islândia, Letônia, Eslovênia, Sri Lanka e Iêmen. Todos eles, no entanto, têm em comum o estreitamento dos laços com o continente americano por meio da OEA (OEA, 2023).

A Espanha foi o primeiro país a obter a condição de observador em 1972 e o primeiro a estabelecer uma representação permanente com um Embaixador. No mesmo ano, seguiram-se Israel, Holanda, Itália, França, Alemanha e Bélgica. Nos 44 anos seguintes, outros 64 países se juntaram, compartilhando o mesmo espírito de participação e apoio às atividades da Organização, ampliando o impacto de sua cooperação internacional. Os Observadores Permanentes desempenharam um papel fundamental na realização da missão da OEA, oferecendo apoio aos programas e conectando as Américas à comunidade global. Por meio de sua participação na OEA, os observadores impulsionam os esforços da Organização para fortalecer a democracia, defender os direitos humanos, garantir uma abordagem multidimensional à segurança e promover o desenvolvimento integral. Os idiomas oficiais da OEA são o inglês, o espanhol, o francês e o português, conforme mostra a tabela 4.

TABELA 4 - Países membros e idiomas oficiais da OEA.

| PAÍSES MEMBROS | IDIOMAS OFICIAIS | IDIOMAS DE TRABALHO |
|---|--|----------------------------|
| Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, Estados Unidos, mexicanos, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Barbados, Trinidad e Tobago, Jamaica, Suriname, Dominica, Santa Lúcia, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Bahamas, Federação de São Cristóvão e Névis, Canadá, Belize, República da Guiana. | Espanhol, Inglês, português e Francês. | I Inglês francês... |

Fonte: OEA, 2023. Elaborado pela autora.

3.7 O ESPANHOL NA UNIÃO AFRICANA

A União Africana (UA) foi estabelecida em 1999 com a participação inicial de 32 estados. Com o tempo, outros 21 estados se juntaram gradualmente, aumentando o número de membros para 53, e a organização mudou seu nome para União Africana. Inicialmente, uma vez que as línguas oficiais eram as dos estados-membros, o espanhol não estava presente; no entanto, em 2011, o espanhol tornou-se uma das línguas oficiais, o que levou à criação de um serviço de tradução e emissão de documentos oficiais em espanhol (UA, 2023).

Os objetivos desta organização são promover maior unidade entre os estados africanos, fomentar a cooperação, os princípios democráticos e a defesa da independência dos estados. É importante considerar que o ensino e a aprendizagem do espanhol estão em alta no continente africano, pois a importância da língua nos negócios cresce a cada dia. Com esse fator, podemos observar como o espanhol busca seu lugar no mundo mais uma vez, conforme aparece na tabela 5.

TABELA 5 - Países membros e idiomas oficiais da União Africana.

| PAÍSES MEMBROS | IDIOMAS OFICIAIS | IDIOMAS DE TRABALHO |
|---|---|--|
| Angola, Argélia, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, República do Congo, Costa do Marfim, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saaraui Democrática, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, África do Sul, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Djibuti, Zâmbia, Zimbábue. | Árabe, Francês, inglês, Português, Espanhol, Suáli. | Árabe, francês, inglês, português, espanhol, suáli e, dentro do possível, línguas africanas, francês e inglês. |

Fonte: UA, 2023. Elaborado pela autora.

3.8 O ESPANHOL NA CELAC

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é um mecanismo intergovernamental no qual participam países de língua espanhola, inglesa, portuguesa, francesa e neerlandesa. Seu propósito é avançar no processo de integração da região. É composta por 33 países que, juntos, somam 600 milhões de habitantes.

Em 1999, no Rio de Janeiro, foi realizada a primeira cúpula entre a União Europeia e a América e o Caribe visando promover o livre comércio, o diálogo político e a cooperação. Essas cúpulas continuaram a ocorrer aproximadamente a cada dois anos. Com a criação da CELAC em 2010, ela se tornou o interlocutor da União Europeia (BONILLA; CAETANO, 2022).

Avaliando a relevância dessas cúpulas, é importante notar que os países de ambas as organizações têm uma população total de mais de 1,1 bilhão de pessoas. Além disso, a União Europeia, com um investimento de 35%, é o principal investidor nos países da CELAC. Embora fique atrás dos Estados Unidos e da China, a União Europeia é o terceiro parceiro comercial mais significativo da região (BONILLA; CAETANO, 2022).

Dado que a CELAC é composta por um número significativo de países latino-americanos de língua espanhola, o espanhol é uma das línguas de maior relevância, como evidenciado pela figura 6.

TABELA 6 - Países membros e idiomas oficiais da CELAC.

| PAÍSES MEMBROS | IDIOMAS OFICIAIS | IDIOMAS DE TRABALHO |
|---|--|--|
| Antígua e Barbuda, Argentina, Comunidade das Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Comunidade de Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, Federação de São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, República do Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela. | Espanhol, português, inglês e Francês. | Espanhol, inglês, Português e Francês. |

Fonte: Fonte: CELAC, 2023. Elaborado pela autora.

O espanhol é a língua oficial e de trabalho da CELAC, juntamente com o português, o francês e o inglês. O neerlandês é uma língua oficial, mas não é uma língua de trabalho (CELAC, 2023).

3.9 O ESPANHOL NO BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma instituição financeira internacional que se dedica a complementar a política do Banco Mundial em relação a investimentos em cooperação e seu financiamento correspondente. Foi criada em 1959 e tem sua sede na cidade de Washington. É composta por 22 países mutuários e 22 países mutuantes. Essa organização é de extrema importância na evolução econômica da América Latina e do Caribe. Seus idiomas oficiais são o inglês, o espanhol, o francês e o português (BID, 2023).

3.10 O ESPANHOL NO MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul, comumente conhecido como Mercosul, é uma organização intergovernamental e um bloco econômico e político composto por países da América do Sul. Foi criado para promover a cooperação e integração econômica na região. Os países membros do Mercosul são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Este mercado comum foi estabelecido pelo Tratado de Assunção em 1991 e entrou em vigor em 1995. Um de seus principais objetivos é criar um espaço comum que gere oportunidades comerciais e investimentos por meio da integração competitiva das economias nacionais no mercado internacional. Ele estabeleceu acordos com países, concedendo-lhes, em alguns casos, o status de Estados Associados (que são países sul-americanos), os quais participam de atividades e reuniões do bloco (MERCOSUL, 2023).

O Mercosul também firmou acordos de diversas naturezas, comerciais, políticos, de cooperação, entre outros, com nações e organizações de todos os cinco continentes. Conforme a página oficial do MERCOSUL, em outubro de 2023, sua população total é de 295.007.000 pessoas, e seus projetos de infraestrutura financiados atingem US\$824.000.000 (MERCOSUL, 2023).

No que diz respeito aos idiomas, possui 3 reconhecidos: espanhol, português e guarani; conforme ilustra a tabela 7, no entanto, os idiomas oficiais de trabalho estabelecidos pelo Protocolo de Ouro Preto são o espanhol e o português. Nesse sentido, toda a documentação e as normas aprovadas pelos órgãos do MERCOSUL.

TABELA 7 - Países membros e idiomas oficiais do Mercosul.

| PAÍSES MEMBROS | IDIOMAS OFICIAIS | IDIOMAS DE TRABALHO |
|---|----------------------------------|----------------------------|
| Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai | Espanhol, português e guarani | |

Fonte: MERCOSUL, 2023. Elaborado pela autora.

4 O ESPANHOL NO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Grande parte dos estudantes do curso de Relações Internacionais procura seguir a carreira diplomática após se formar, e para que isso possa se tornar possível é necessário desenvolver proficiência em pelo menos dois idiomas estrangeiros. O inglês e o espanhol são essenciais, e outras línguas como francês e árabe podem ser vantajosas.

Um curso de espanhol dirigido aos estudantes de Relações Internacionais deveria ter algumas características específicas que permitisse levar aos estudantes a atingirem um bom desenvolvimento ético dentro desse campo do saber, e para isso deveríamos considerar algumas características relativas à da função e à missão diplomática.

4.1 FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO FUNCIONÁRIO DIPLOMÁTICO

Devemos considerar, por um lado, o que é uma missão diplomática (RONCATI, 1989) e, por outro lado, as características particulares do diplomata. No que diz respeito às missões diplomáticas, é importante observar que elas devem cumprir certas diretrizes, respeitar as leis e regulamentos do país anfitrião, não interferir em questões internas e não realizar atividades profissionais e comerciais que tenham fins pessoais. Existem diferentes tipos de missões diplomáticas, de acordo com sua função, incluindo missões bilaterais, missões junto a organizações internacionais, diplomacia especializada e missões especiais.

Com base na Carta das Nações Unidas, que trata da igualdade entre os estados, em 1961 foi assinada a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, na qual o artigo 3 enumera as funções de uma missão diplomática:

As funções de uma Missão diplomática consistem, entre outras, em: a) representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado; b) proteger no Estado acreditado os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional; c) negociar com o Governo do Estado acreditado; d) inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante; e) promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado. Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada como

impedindo o exercício de funções consulares pela Missão diplomática (BRASIL, 1965).

Deve ter habilidades interculturais e de hospitalidade, assim como capacidade para trabalhar em crises. Devem ser bons avaliadores com conhecimentos especializados e capacidade de se deslocar rapidamente para áreas de conflito.

4.2 TIPOS DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Considerando as funções do funcionário diplomático e das missões diplomáticas, tenderão a atingir o objetivo de realizar um tipo de atividade como a proposta por Villarino:

"Aquella actividad ejecutora de la política exterior de un sujeto de derecho internacional, llevada a cabo por órganos y personas debidamente representativos del mismo, ante otro u otros sujetos de derecho internacional, para, por medio de la negociación, alcanzar, mantener o fortalecer transaccionalmente la paz; ha de tener como finalidad última hacer posible, con tales medios, la construcción o existencia de una comunidad internacional justa que, a través de la cooperación, permita el pleno desarrollo de los pueblos" (VILARIÑO, 1987).

- a) Embaixada: é a missão diplomática, representativa e permanente de mais alto nível, chefiada pelo embaixador;
- b) Nunciatura: é a missão diplomática da Santa Sé, que está a cargo de um Núncio ou Pró-Núncio;
- c) Alto comissário ou alto comissariado: trata das relações diplomáticas entre os estados da Comunidade Britânica de Nações;
- d) Representação permanente perante uma organização internacional: São as missões diplomáticas que um Estado mantém permanentemente, perante uma organização internacional, e estão a cargo de um Representante Permanente ou Delegado Permanente;
- e) Missão Permanente de uma Organização Internacional: numerosas organizações internacionais mantêm missões permanentes nos seus estados-membros chefiadas por um funcionário da referida organização internacional.

4.3 ESTRUTURAS DA MISSÃO DIPLOMÁTICA

A estrutura da missão diplomática está dividida em duas partes:

4.3.1 MISSÃO DIPLOMÁTICA BILATERAL OU EMBAIXADA

É composta por várias seções: política; Econômico e social; imprensa e divulgação; Culturais; Defesa; Consular; Administrativo e contábil. Cerimonial e protocolo (ROCANTI, 1989).

4.3.2 MISSÃO ACREDITADA PERANTE UMA OI

Também conhecida como Representação Permanente, é dividida em seções especializadas, mas, neste caso, conforme as áreas de competência da respectiva organização.

Por áreas: política, econômica, etc; Órgãos da entidade: Corte Internacional de Justiça, etc; Comissões de trabalho: assuntos sociais, políticos, etc (ROCANTI, 1989).

4.3.3 CARACTERÍSTICAS DOS PROFISSIONAIS DA DIPLOMACIA

Tendo em conta que a natureza multidisciplinar é uma característica intrínseca da carreira diplomática, não resta dúvida de que os funcionários que a exercem devem possuir ampla formação, uma vez que serão representantes e imagem de seu país no exterior. Para cumprir eficazmente a multiplicidade de funções que a atividade exige, é desejável que o diplomata possua uma série de características profissionais e pessoais.

No que diz respeito às qualidades de um bom diplomata, Jara Rocanti fala sobre qualidades inatas e adquiridas (Eduardo Jara Rocanti (1940): Diplomata de carreira e ex-embaixador do Chile. Autor do livro "La función diplomática" (segunda edição, 2013). Além deste manual, ele escreveu artigos sobre temas diplomáticos e internacionais).

Dentre as qualidades inatas podemos citar:

- a) Fidelidade profissional: o diplomata deve ser pessoa culta, com conhecimento dos eventos históricos, uma vez que as relações entre os estados geralmente estão ligadas a esses eventos e parcialmente são consequências deles. Deve ter um profundo conhecimento da história de seu próprio país, sentir afeto e estar conectado a ele. Deve ser leal ao seu país, mas também ao país receptor.
- b) Honestidade: O diplomata deve agir dentro dos limites da verdade.
- c) Dedicção: O diplomata deve ter entusiasmo e ter consciência de que é diplomata o tempo todo, devendo zelar sempre pela sua imagem.
- d) Vocação profissional: o diplomata deve levar em conta que sua profissão abrange diversas áreas e normalmente exige investimento de muito tempo.
- e) Humildade: O diplomata não deve praticar gestos de superioridade ou inferioridade, agressividade ou arrogância.
- f) Critério/ astúcia: O diplomata deve ser pessoa calma e cautelosa, que manuseia ferramentas como persuasão e dissuasão com bom senso.
- g) Prudência: O diplomata deve ser prudente, sabendo calar-se sobre alguns temas que conhece, conseguindo obter o máximo de informações possível, dando o mínimo ao seu interlocutor.

Dentre as qualidades adquiridas podemos citar:

- a) Gentileza/Sociabilidade: Tanto o diplomata quanto sua família devem desenvolver essas características. O diplomata deve saber desenvolver essas características, seja como anfitrião ou como convidado; deve ter em mente que uma reunião social é um ato de serviço e não de diversão.
- b) Adaptabilidade: O diplomata deve adaptar-se o mais rápido possível às diferenças culturais, costumes, religião e idioma.
- c) Capacidade de negociação: O diplomata deve ser um bom negociador, ter tato, prudência.
- d) Observador: O diplomata deve ser observador e saber estar atento e concentrado nos fatos e nas relações humanas.

e) Fluência comunicativa: O diplomata deve possuir fluência comunicativa, escrita e oral, sabendo distinguir entre o que é relevante e o que não é. Para a emissão de informações deve ter cuidado na forma como isso é feito e na seleção das palavras, o uso indevido destas pode ter efeitos políticos negativos.

f) Habilidade política: O diplomata deve saber interpretar informações com critérios políticos, bem como possíveis silêncios oficiais a respeito de um assunto.

g) Poliglota: O diplomata deve ter um conhecimento perfeito da sua própria língua, além disso, a sua atividade no meio diplomático exige conhecimentos de inglês e francês, atualmente também é muito conveniente dominar línguas como o espanhol, entre outras.

h) Inquietação intelectual: O diplomata costuma estar em contato com pessoas de diversos setores, conversando com elas; por isso, é importante que demonstrem conhecimento ou interesse em adquiri-lo.

i) Pontualidade: O diplomata deve ser pontual, pois isso, além de ser uma regra de cortesia, é uma exigência diplomática.

5 CONCLUSÃO

O ensino do espanhol no Brasil teve avanços e retrocessos, que estiveram mais ligados a questões políticas e foram reféns de mudanças de governo do que às legítimas necessidades culturais de relacionamento com países de língua espanhola, especialmente com seus vizinhos territoriais e outros membros do Mercosul.

No que diz respeito às organizações internacionais, o valor do espanhol é evidente, uma vez que nesses fóruns é comum a presença de membros de países da América de língua espanhola. Em reuniões bilaterais, é norma de cortesia que os diplomatas do país anfitrião usem o idioma do país receptor. Considerando as reuniões bilaterais do Brasil com seus países vizinhos de língua espanhola, torna-se importante que os estudantes de Relações Internacionais aprendam espanhol.

Outro fator importante a considerar, pensando na possibilidade de disciplinas específicas de espanhol para estudantes de Relações Internacionais, é que ao longo do curso, vários professores utilizam literatura em espanhol, o que dificulta a participação dos alunos que ainda não dominam o idioma.

Os países da América Hispânica estão cada vez mais presentes nos negócios globais, nas relações comerciais e nos fóruns internacionais, tornando essencial o domínio do espanhol para alcançar sucesso no contexto internacional atual. Do ponto de vista demográfico, o número de falantes nativos de espanhol está aumentando, assim como o número de estudantes de espanhol como língua estrangeira (ELE) nos cinco continentes, resultado dos acordos para o desenvolvimento econômico e social dos estados participantes das diversas organizações. No caso da implementação de uma ou mais disciplinas de espanhol com fins específicos para estudantes de Relações Internacionais, seria importante que os professores encarregados conhecessem as funções diplomáticas mencionadas anteriormente, a fim de identificar eficazmente os objetivos e conteúdos a serem abordados no curso.

Os professores responsáveis por ministrar os cursos de espanhol para estudantes de Relações Internacionais deveriam ser especializados, conhecendo, por exemplo, as dificuldades específicas que os estudantes brasileiros enfrentam em relação ao aprendizado de um espanhol voltado para as Relações Internacionais. Embora não seja comum encontrar trabalhos de pesquisa que

abordem esse tema, há outras pesquisas relacionadas a essas dificuldades em algumas carreiras afins, como, por exemplo, Secretariado Bilingue Internacional, onde há cursos de espanhol na grade curricular. Em relação a esses cursos, existem trabalhos de pesquisa sobre as dificuldades de aprendizagem que os estudantes enfrentam. Há diversos tipos de dificuldades de aprendizagem, um deles é o pressuposto de que os estudantes de línguas possuem uma espécie de "sentido inato" sobre o idioma que estão aprendendo (BARBIERI, 2004).

Em algumas ocasiões, quando uma estrutura linguística se assemelha ou coincide com a de sua língua materna, sentem que estão cometendo um erro. Aprender um idioma muito semelhante à sua língua materna é desafiador, pois o estudante deseja sentir que está falando uma língua diferente, não apenas uma versão copiada de sua língua materna. A semelhança entre o português e o espanhol, muitas vezes, leva os alunos a perceberem que ambos os idiomas são praticamente idênticos, mas ao mesmo tempo, sua "intuição" lhes diz que essa percepção não é correta. Portanto, tentam reorganizar a estrutura do idioma que estão aprendendo, buscando diferenciá-lo da estrutura de sua língua materna. Dessa forma, conseguem a impressão de que estão diante de um idioma completamente novo, em vez de sua língua materna (BARBIERI, 2004).

Ao contrário do espanhol, o português passou por uma mudança em sua evolução linguística, abandonando a terminação -n em favor de -m, fato que ocorreu durante o século XIII. Como resultado, em português são raras as palavras que terminam em -n, o que significa que para os falantes de português que estão aprendendo espanhol, identificar palavras com -n no final requer atenção especial (BARBIERI, 2004).

Um exemplo de material que relata algumas das dificuldades dos estudantes de secretariado internacional na hora de aprender espanhol pode ser o livro "Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de portugués." da Professora Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Alarcon Amado. (2002). **Economía, política e idiomas. Intercambio lingüístico y sus efectos sobre la eficiencia y la distribución de recursos.** Madrid: Consejo Económico y Social.

ALONSO, José Antonio; JIMÉNEZ, Juan Carlos. **El valor de la lengua como capital social.** Telos: Fundación Telefónica, Madrid, v. 71, n. 0, p. 1-5, jun. 2007.

A MIRANDA, Cícero A.; IRINEU, Lucineudo. **Espacios de existência y resistencia del español en Brasi;** 2005. ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

AMARTE, Gerardo; LLISTERRI, Joaquim. Industrias de la lengua y enseñanza del español como lengua extranjera. **Instituto Cervantes**, Alcalá de Henares, v. 1, n. 1, p. 27-38, jan. 1997

BARROS, Cristiano; COSTA, Elzimar; GALVÃO, Janaina. **Dez anos da "Lei do Espanhol"(2005 - 2015).** 2016. ed. Belo Horizonte: Fale/Ufmg, 2016. 520 p.

BARBIER, Adja Balbino de Amorim. **Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de portugués.** 2004. ed. Londrina: Eduel, 2004.

BONILLA, Adrian; CAETANO, Gerardo. **Unión Europea, América Latina y el Caribe:** cartografía de los acuerdos de asociación. Hamburgo - Madrid: Fundación Eu-Lac - Fundación Carolina, 2022.

BESERRA, Larisa Santos. **ACTITUDES LINGÜÍSTICAS HACIA EL ESPAÑOL EN BRASIL.** 2021. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Facultad de Filología, Departamento de Lengua Española, Universidd de Salamanca, Salamanca, 2021.

BID. **Banco Interamericano de Desenvolvimentos.** Quem somos, 2023. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt-br>>. Acesso em: 22 set. 2023.

Brasil. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe o espanhol como segunda língua preferencial opcional.

Brasil. **Lei n.º 11.161**, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola no Brasil.

Brasil. **Projeto de Lei n.º 3.987**, de 15 de dezembro de 2000. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola no Brasil.

Brasil. **Lei n.º 13.415/2017**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, que regulamentam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação [...].

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário da Câmara dos Deputados: DETAQ - Sessão 172.3.52.0. Orador: Atila Lira, PSDB-PI. Brasília, DF, 7 jul. 2005.

COLOMER, JOSEPH. M. To translate or to learn languages? An evaluation of social efficiency. **International Journal of the Sociology of Language**, 1996. n. 121, p. 181-197.

Organização das Nações Unidas (ONU). Carta das Nações Unidas. Nova York, 26 de junho de 1945.

DELGADO, Jose Luis García *et al.* **VALOR ECONÓMICO DEL ESPAÑOL**: una empresa multinacional. Madrid e Nova York: Fundación Telefónica, 2012. 217 p.

FERNANDEZ, Rosa. Los idiomas más hablados en el mundo. **Statista**, 01 jun 2023. Disponível em: <<https://es.statista.com/estadisticas/635631/los-idiomas-mas-hablados-en-el-mundo/>>. Acesso em: 10 set 2023.

FISHMAN, Joshua. **Sociología del lenguaje**. 2. ed. Madrid: Cátedra, 2016. 13 p.

ICBEU. Qual a importância do espanhol para o mercado de trabalho?. ICBEU, 15 jan 2019. Disponível em: <<https://icbeusjc.com.br/site/2019/01/15/qual-a-importancia-do-espanhol-para-o-mercado-de-trabalho-2/>>. Acesso em: 10 set. 2023.

MARTÍNEZ, Álvaro; LASECA, Cachero. **O Ensino do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro**: edição bilíngue. 19. ed. Brasil: Coleção Orellana, 2008. 235 p.

MERCOSUL. Quem somos, 2023. Disponível em: <<https://mercosur.int/pt-br/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

MORALES, Lopez. **La Globalización del Léxico Hispánico**. 2007. ed. La Habana: Espasa, 2007. 203 p.

MYLENA, Emna; NIÑO, Quintero. **La Comunidad Iberoamericana de Naciones: su evolución y contribución a las relaciones iberoamericanas**. Revista de La Inquisición: (Intolerancia y Derechos Humanos), España, v. 17, p. 205-245, ago. 2013.

OEA. **Organização dos Estados Americanos**. Quem somos, 2023. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em: 20 set. 2023.

OEI. **Organização dos Estados Ibero-americanos**. Quem somos, 2023. Disponível em: <<https://oei.int/pt/quem-somos/oei>>. Acesso em: 20 set. 2023.

OLIVEIRA, Clarice. **A luta dos professores e estudantes pelo “#ficaespanhol” e contra o Novo Ensino Médio**. A Verdade, 27 mar 2023. Disponível em:

<<https://averdade.org.br/2023/03/a-luta-dos-professores-e-estudantes-pelo-ficaespa-nhol-e-contra-o-novo-ensino-medio/>>. Acesso em: 10 set 2023.

Organização das Nações Unidas (ONU). Carta das Nações Unidas. Nova York, 26 de junho de 1945.

OTAN. **Organização do Tratado do Atlântico Norte**. About OTAN <<https://nato.usmission.gov/about-nato/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

PARAQUETT, M. **As dimensões políticas sobre o ensino da língua espanhola no Brasil: tradições e inovações**. In: MOTA, K.; SCHEYERL, D. Espaços Linguísticos: resistências e expansões. 2. reimp. Salvador: EDUFBA, 2014.

Ponte, A. (2016). Prefácio. En C. Barros, E. Costa y J. Galvão (Eds.), **Dez anos da “Lei do Espanhol”** (2005-2015) (pp. 15-21). Belo Horizonte: FALE/UFMG.

RUPÉREZ, Javier; VÍTORES, David F. **El Español en las Relaciones Internacionales**. Madrid: Fundación Telefónica, 2012. 143 p.

SÁNCHEZ, Carmen Prieto. **Efectos económicos de la lengua Española: el ejemplo de brasil**. 2015. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Departamento de Economia Aplicada, Universidad de Málaga, Málaga, 2015.

UA. **União Africana**. About the African Union . <<https://au.int/>>. Acesso em: 21 set. 2023.

UE. **União Europeia**. Princípios, países, história. <https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/languages_pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNIVERSIA. 30 milhões de brasileiros falarão espanhol como segundo idioma em 2025. **Universia**, 29 nov 2016. Disponível em: <<https://www.universia.net/br/actualidad/orientacion-academica/30-milhes-brasileiros-falero-espanhol-como-segundo-idioma-em-2025-1147013.html>>. Acesso em: 10 set 2023.

VILARIÑO, E.-**Curso de Derecho Diplomático y Consular**. Parte General y textos codificados.-Madrid, 1987. Edit. Tecnos; pág. 90

VÍTORES, David Fernández; GARCÍA, Aldo J.. El español en las relaciones internacionales. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, Madrid, v. 12, n. 24, p. 12-20, jan. 2014.

SEDYCIAS, João. **O ensino do espanhol no Brasil: presente, passado, futuro**. 2005. ed. Brasil: Parábola, 2005. 224 p.

SWAAN, Abram de. **Language in society**. 2004. ed. Reino Unido: Polity Press And Blackwell, 2001. 24

